

EDITORIAL

Nas duas últimas décadas, mais especificamente a partir de 1994, com a divulgação da Declaração de Salamanca, têm-se intensificado as discussões sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum. Os impasses e dificuldades no cotidiano escolar têm mostrado que, tão importante quanto proporcionar apoios específicos a alunos com tal condição, é a problematização das diferentes possibilidades de organização escolar.

Os trabalhos do presente número, em torno da temática **Projeto Pedagógico Escolar, Docência e Avaliação na Perspectiva da Inclusão**, cada qual com sua especificidade, contribuem para uma reflexão sobre as transformações necessárias para que a escola recupere aquilo que consideramos ser ainda a sua essência: o ensinar e o aprender.

O primeiro artigo, de **Monica Kassar**, traz uma discussão de aspectos da Política Nacional de Educação atual, enfocando o atendimento educacional à população da Educação Especial, tomando como ponto central de análise a Resolução nº 02/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. A discussão aponta para a necessidade de enfrentar a contínua exclusão de crianças, ainda presente na educação do país.

O artigo de **Beatriz Bittencourt Collere Hanff, Raquel Barbosa e Zenir Maria Koch** apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a implantação da política nacional das Classes de Aceleração em Santa Catarina, especificamente no município de Florianópolis, a partir de 1998. A pesquisa mostra que, se por um lado, as classes de aceleração deram maior visibilidade aos chamados problemas de aprendizagem e ao reconhecimento e atendimento às diferenças sociais, por outro lado, se constituíram em um novo dispositivo para segregar ainda mais os alunos considerados “com dificuldade de aprendizagem ou dificuldade de interação social”.

Deize de S. Borges e Rosângela Kittel nos trazem reflexões pedagógicas acerca da educação de cegos, sob o enfoque do materialismo histórico dialético. A partir de fragmentos da história de uma criança cega atendida em uma Sala de Recursos para Educandos Cegos e Baixa Visão, da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, as autoras fazem um resgate das etapas de desenvolvimento dos conceitos científicos sobre a psicologia dos cegos, bem como trabalham conceitos teóricos, notadamente, o conceito de compensação social como um dos elementos de constituição do homem, enquanto ser social.

O artigo de **Sonia Cristina de Lima Fernandes** analisa os conceitos de teoria e prática presentes nos textos produzidos por professores da educação infantil participantes de um processo de formação em serviço. Aponta que o desenvolvimento de uma práxis reflexiva é possibilitado quando os professores têm espaço para discutir suas experiências e tempo para refletir sobre seu trabalho.

Maria Helena Michels traz uma reflexão sobre as Políticas Públicas para a Educação Especial brasileira, particularmente as que se referem aos anos de 1990 a partir da análise de documentos advindos de agências multilaterais e órgãos oficiais brasileiros. A autora mostra que a máxima da “educação para todos” expressa-se na Educação Especial através da política de integração que, por sua vez, não está isolada de outras indicações que lhe conferem um caráter excludente.

Fátima Lima também participa deste número com uma discussão sobre o não reconhecimento, pelas instituições educacionais brasileiras, da cultura negra como suporte para uma experiência pedagógica no campo das artes. Afirmado que “a partir dos sete anos, a criança afrodescendente praticamente se *deseduca*”, a autora constitui-se em mais uma das vozes que denunciam que até hoje não se promoveu no Brasil um planejamento de ensino que levasse seriamente em conta este prejuízo histórico, social e político.

O artigo de **Mônica Pereira dos Santos** discute os termos “inclusão” e “integração” e seus diferentes usos em alguns textos oficiais e pioneiros, com o objetivo de apontar para um redimensionamento do conceito de educação especial à luz da proposta da Inclusão em educação.

Maria Isabel de Almeida discute como as reformas educacionais estão viabilizando ações organizacionais e pedagógicas nos nossos sistemas de ensino e indaga sobre a capacidade destas reformas darem conta da inclusão do conjunto de seus alunos. Para tanto, contextualiza o movimento das reformas e recoloca o debate da inclusão/exclusão social no contexto educacional.

No texto *Moral Education in an Ethical System*, **Mal Leicester** argumenta que um sistema educacional justo seria aquele que atendesse bem as pessoas com necessidades especiais, em geral, e integrasse, com sucesso, no ensino regular as crianças com necessidades especiais, em particular. A autora apresenta como algumas perspectivas educacionais com enfoque na experiência de vida dessas pessoas poderiam contribuir para a superação de barreiras atitudinais sejam essas pessoais ou institucionais.

O texto de **Álamo Pimentel** traz para o debate os sentidos e os significados para que possamos refletir sobre *o que é a escola?* Com alusões às metáforas criativas, o autor compõe o texto na relação com a imagem e esta, imbricada

com a memória para evidenciar os lugares cotidianos da escola, onde a educação se traduz como uma repetição mecânica entre perguntas e respostas prontas para a fixação de conteúdos. É o livro didático que ganha centralidade nas interações entre saberes e práticas docentes, mas que convida a problematizar o paradoxo que emoldura a escola e a educação, também configuradas pela gestão da vida para promover uma quebra nos raciocínios unívocos que buscam apenas as explicações reducionistas para ambas.

A Entrevista desse número, concedida por **Claudio Roberto Baptista a Lucena Dall’Alba e Maria Sylvia Cardoso Carneiro**, aborda questões importantes sobre a chamada Educação Inclusiva. Partindo de conceitos básicos, situa o leitor quanto à concepção de inclusão do entrevistado, entrando depois em aspectos do cotidiano escolar, tais como a organização das atividades, avaliação, formação de professores, bem como os desafios para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no Brasil.

Na Seção Relato de Experiência, temos o texto de **Adriana Argenta**, que relata com uma linguagem poética e reflexiva algumas de suas experiências como professora de sala de recursos para alunos cegos ou com baixa visão.

A Seção Tendências traz o texto de **Ana Maria Borges de Sousa**, que discute o fracasso como uma das manifestações da violência que se gesta e se legitima no interior da escola. A autora nos convida a refletir sobre a gestão do cuidado e o reconhecimento do outro em sua legitimidade.

A Seção Fala Pedagogia, espaço para publicação de produções de alunos de Pedagogia, traz dois textos, de gêneros literários diferentes, de alunas do Curso de Pedagogia da UFSC: Um artigo e uma crônica.

O artigo de **Daniela Will** faz reflexões importantes sobre a construção do Projeto Político Pedagógico na escola, apontando que, apesar de tratar-se de uma exigência dos órgãos gestores, ao ser elaborado, com raras exceções, acaba por não contribuir, efetivamente, para a melhoria da qualidade do ensino.

Gisele Palhares participa com a crônica Todo aluno “fora” da escola, que trata de questões educacionais como repetência, evasão, cotidiano escolar, escolha profissional e trabalho infantil. Com alguma dose de humor, mas atento à relevância do tema, o texto tenta chamar atenção a estas questões que, não tendo o devido enfoque e tratamento, podem acabar naturalizadas em nosso cotidiano.

Com este número, a Revista Ponto de Vista volta a circular no panorama das publicações nacionais em uma nova etapa. Constitui-se neste novo tempo, como uma revista que resulta de um processo longo dentro da Universidade

Federal de Santa Catarina que se concretiza em uma nova linha de investigação no Programa de Pós-Graduação em Educação: a linha de “Educação e Processos Inclusivos”. De certa forma, a Revista Ponto de Vista passa a refletir este tempo e este espaço que se consolida. A partir deste número, a Revista também passa a contar nas suas próximas seis publicações com o apoio financeiro da CAPES através do Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP.

Lucena Dall’Alba
Maria Sylvia Cardoso Carneiro